

RIO E PERTENCIMENTO EM PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO: O CASO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES

JÉSSICA LACERDA BERNARDO¹, LIDIANE ESPINDULA².

¹Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário UNIFACIG. jessicalacerdab@gmail.com.

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, docente no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFACIG. espindulaprojetos@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar e compreender a evolução do vínculo entre homem, rio e cidade, levando em consideração a relevância histórica, paisagística, econômica e cultural dessa relação no decorrer dos séculos, até a ruptura nos tempos atuais, e como o desenvolvimento urbano acelerado contribuiu para essa ruptura. Como objetivo específico, busca-se estudar o Rio Itapemirim e a sua relação de pertencimento no cotidiano da cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Com base qualitativa, a pesquisa é fundamentada em consulta bibliográfica e em pesquisas realizadas *in loco*, estudos de caso, análise de fotografias aéreas, juntamente a levantamentos fotográficos. Constatou-se que é possível e necessário reestabelecer a relação de proximidade entre rio e cidade e que a relação de pertencimento produz cidades pertencentes aos rios e não o contrário, como é exposto.

Palavras-chave: Urbanização; Curso d' água; Revitalização Urbana; Planejamento Urbano.

RIVER AND BELONGING IN URBANIZATION PROCESSES: THE CASE OF CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM /ES

ABSTRACT

This article aims to analyze and understand the evolution of the bond between man, river and city, taking into account the historical, landscape, economic and cultural relevance of this relationship over the centuries, until the rupture in the present times, and how accelerated urban development contributed to this disruption. The specific objective is to study the Itapemirim River and its relationship of belonging in the daily life of Cachoeiro de Itapemirim - ES. Based on a qualitative basis, the research is based on bibliographic consultation and on-site research, case studies, aerial photography analysis, and photographic surveys. It was found that it is possible and necessary to reestablish the relationship of proximity between river and city and that the relationship of belonging produces cities belonging to the rivers and not the other way around, as stated.

Keywords: Urbanization. Water courses. Urban Revitalization. Urban Planning.

1 INTRODUÇÃO

As relações cidades e rios, consequentemente rios e homens, transcendem a linha do tempo e revelam situações e acontecimentos presentes desde os primórdios da civilização, quando esses cursos d'água eram responsáveis por fornecerem provento às populações que às suas margens se instalavam. A relação do homem com o rio possui um histórico extenso de episódios significativos e lamentáveis, que resultam na situação inapropriada que muitos desses se encontram atualmente.

Um exemplo brasileiro é o Rio Itapemirim, que detém o cargo de grande protagonista na história da evolução e desenvolvimento da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Espírito Santo. Esse rio foi responsável por permitir e conduzir o processo de colonização da região, bem como escoar toda a produção agrícola posteriormente. Diante desses fatos, o afluente sempre esteve presente no cotidiano da cidade, seja na história, no imaginário urbano ou mesmo pelas vantagens econômicas que a ela proporcionara.

A Bacia do Itapemirim corresponde a uma área de 5.919 km², em dezessete municípios, sendo dezesseis capixabas e um mineiro. Sua nascente está situada na região do Caparaó, nos territórios da cidade de Lajinha, Zonta da Mata Mineira, Estado de Minas Gerais. Apesar de passar por diversos municípios, o rio em questão encontra sua maior concentração de habitantes e usuários na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, sendo motivo principal do seu povoamento e inspiração que resultou em seu nome (PASTRO, 2012).

Desde o surgimento da cidade de Cachoeiro, as recorrentes interferências negativas do homem na paisagem fizeram com que o rio, assim como os outros elementos que compõem o cenário urbano (elementos construídos e naturais), passasse por diversas modificações ao longo do tempo, o que resultou na realidade encontrada hoje. Esse fato é consequência, também, do processo de ocupação urbana da população ribeirinha e pela falha do poder público na fiscalização e na aplicabilidade das leis ambientais e de ocupação urbana em áreas não edificantes.

Dessa forma, levantam-se como problema os impactos negativos quanto à ocupação dos rios urbanos em consequência da expansão sem controle e o distanciamento emocional da população com esses cursos d'água. É possível que cidades como Cachoeiro de Itapemirim continuem seus processos de desenvolvimento ignorando o vínculo entre homem e rio? Ainda existe a possibilidade de recuperar essa ligação perdida durante esse processo, fazendo com o que o rio retome o sentido de pertencimento no contexto urbano?

Como embasamento teórico, têm-se as ideias sustentadas por Lynch (2011), destacando a importância da paisagem e de seus elementos, sejam eles construídos ou naturais, para proporcionar legibilidade e identidade ao contexto urbano. O autor aponta que cada indivíduo possui uma impressão distinta do meio em que vive, isso devido ao fato de que as memórias e as vivências pessoais influenciam na percepção da cidade e no imaginário urbano. Costa (2006), também sobre a paisagem urbana, defende que a presença dos cursos d'água é indispensável para a sua composição, e que esses são capazes de imprimir a esse cenário o conceito de maleabilidade ou flexibilidade.

Gorski (2010) complementa sobre a relação entre cidade e rio e sua importância na paisagem urbana, além de apresentar e discutir quanto aos motivos que levaram à ruptura desse vínculo. O autor também apresenta como é possível recuperar esse contato e reinserir o rio no contexto das cidades de forma a resgatar a relação entre homem, rio e cidade.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se o método de pesquisa qualitativa, visto que independe de dados estatísticos para sua realização, objetivando, a partir de consultas bibliográficas e estudos de caso, a compreensão e a justificativa dos fatos apresentados, referentes à participação dos rios urbanos em processos de urbanização e consolidação de sociedades e civilizações.

A partir de levantamentos fotográficos e pesquisas de observação realizadas *in loco*, procurou-se levantar a situação da cidade de Cachoeiro a fim de entender os processos de ocupação em torno do rio e identificar as possibilidades de recuperação e de inserção urbana do Rio Itapemirim. Complementarmente, foram analisados documentos disponíveis na prefeitura da cidade (Secretaria de Desenvolvimento) com relatos históricos acerca da evolução urbana, relatos de viajantes e cartas dos colonizadores, além de figuras e mapas antigos. O documento encontra-se sem data,

contudo, foi desenvolvido no governo de Theodorico de Assis Ferraço (entre 1997 a 2004).

A pesquisa busca evidenciar a dependência e o vínculo entre homem e rio no decorrer dos séculos, até a ruptura no cenário urbano atual e os motivos que levaram a tal fato. O recorte temporal é abrangente, ou seja, não considera uma linha de tempo pontual. A análise das bibliografias também visou entender como a cidade de Cachoeiro de Itapemirim se desenvolve e se consolida como uma das maiores do sul do Estado do Espírito Santo e qual a importância do Rio Itapemirim nesse processo de evolução.

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral analisar e compreender a importância dos rios urbanos no processo de evolução das cidades, considerando a relevância histórica, paisagística, econômica e cultural no decorrer dos séculos, destacando fatos que provocaram o surgimento do vínculo entre homem e rio, além de como o desenvolvimento urbano acelerado contribuiu para a ruptura dessa relação. Como objetivo específico, busca-se estudar o Rio Itapemirim e a sua relação de pertencimento no cotidiano da cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

2 A IMPORTÂNCIA DOS RIOS NA EVOLUÇÃO URBANA

Desde o surgimento das primeiras civilizações, os rios possuíram grande importância no contexto urbano, seja de maneira a prover recursos básicos para sobrevivência ou mesmo impulsionar as atividades comerciais. Esses cursos contribuíram fortemente para o processo de evolução da sociedade, assegurando inúmeras vezes que as gerações posteriores pudessem se preservar e consolidar.

Segundo Faber (2011), o aparecimento das primeiras formas de cidades deu-se na antiguidade quando o homem abdicou da vida nômade e tornou-se sedentário, passando então a habitar os espaços de maneira efetiva e permanente. Diante disso, surgiu-se a necessidade de desenvolver técnicas de cultivo, que ocasionaram o surgimento da agricultura, dessa forma, os leitos dos rios estiveram na linha de preferência para que esses grupos pudessem se instalar e desenvolver suas atividades, visto que essas áreas se caracterizavam pelo alto grau de fertilidade e pelo acesso rápido e direto à água potável.

Assim como no crescente fértil – região situada entre o Oriente Médio e o nordeste da África, na qual os rios Nilo, Tigre e Eufrates foram personagens de destaque

nas primeiras formas de organização social, como aponta Faber (2011), não se ignora a existência de outros episódios de dependência entre rio e homem em outras partes do planeta e na história de outras civilizações. Existem inúmeros exemplos significativos espalhados ao redor do mundo que caracterizam e representam essa relação, um deles é o Rio Amazonas, no Brasil. Segundo Oliveira e Marinho (2018), o Rio Amazonas é reconhecido como o maior rio do planeta, tanto em volume quanto em extensão, com nascentes localizadas nos Andes peruanos.

Ainda em território nacional, o Rio Paraná também possui destaque na história dos recursos hídricos brasileiros; pois, além de abastecer grande parte do Brasil e Paraguai, nele está implantada uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, a Usina de Itaipu (FABER, 2011). Essa relevância histórica também pode ser percebida no caso do Rio Ganges situado na Índia, dentre outros, que além de fazerem parte da história do país, é responsável por fomentar e representar a cultura e os costumes da população pertencente. Segundo Faber (2011), o Ganges é considerado pelos hindus um elemento sagrado, capaz de promover purificação espiritual durante a imersão em suas águas. Nesse viés, Bethemont (1993, *apud* ALMEIDA, 2010, p.42) ressalta que, “ao mesmo tempo que os rios se constituem no espelho de uma dada sociedade, ele é da mesma forma o reflexo das diferenciações espaço-culturais, sendo que numerosas cidades fundaram seus valores permanentes e fundamentais sobre suas águas”.

Fundamentado nesse contexto, os rios estiveram em evidência na paisagem urbana, desde as primeiras formas de sociedade até o cenário atual, além de que esses cursos d’água, ao longo dos séculos, fizeram-se presentes em vários momentos da história e detiveram a capacidade de alicerçar sociedades, sustentar ecossistemas e consolidar culturas. De acordo com Almeida (2010, p.42), “a partir desse princípio, destaca-se o papel dos rios como elementos que integram aspectos da natureza e da sociedade, como fronteira de sistemas naturais e sistemas culturais”.

Diante dos dados apresentados, é notável a presença exímia dos rios em processos de urbanização de diversas cidades globais, tal como a responsabilidade pela transformação e pela evolução do cenário urbano, fazendo parte da história de evolução humana e da economia, também componente importante da paisagem urbana, como defendem os autores principais dessa pesquisa, como Costa (2006), Gorski (2010) e Lynch (2011), apresentados a seguir.

2.1 A PERCEPÇÃO E A EVOLUÇÃO DO RIO NA PAISAGEM URBANA

Segundo Lynch (2011), a facilidade com que um indivíduo se insere e se localiza em um determinado espaço depende da coerência e da clareza que o ambiente proporciona, também das experiências pessoais e das familiaridades de cada observador com esses espaços gerando, em virtude disso, diferentes percepções e pontos de vistas. O autor acrescenta que a coerência ou legibilidade, bem como a construção da percepção do meio urbano, depende de elementos distintos da paisagem, nos quais o observador é capaz de se orientar e compreender. Esses elementos podem ser definidos em naturais e construídos e podem ser representados por grandes marcos arquitetônicos, igrejas e avenidas ou mesmo por montanhas e cursos d'água. Nessas circunstâncias, Duarte (2006) aponta que, na percepção das cidades por parte dos usuários, cria-se por meio dos estímulos provenientes dos elementos paisagísticos que as constituem e que essa percepção está diretamente ligada ao imaginário urbano.

Baseado nessas considerações, é possível reconhecer os rios como elementos importantes a serem notados e preservados na paisagem urbana, visto que, dada sua importância histórica - bem como as inúmeras recordações resultantes da memória de cada indivíduo em contato com os mesmos -, esses cursos d'água, em diversos momentos, foram propulsores do desenvolvimento de cidades e civilizações, desde a antiguidade até os tempos atuais, já que essas aglomerações ocorriam próximo ao leito devido a inúmeros fatores, sejam eles econômicos, comerciais ou de subsistência, como aponta Royse (2009) e Faber (2011). Em circunstância desses episódios, os rios tornaram-se elementos pertencentes no cenário urbano de diversas cidades mundiais. Em grande parte desses casos, os cursos d'água possuíam grande visibilidade e facilidade de acesso, favorecendo as ocupações que ocorriam paralelas às suas margens, além de funcionar como elemento norteador e de destaque na paisagem, como é o caso de Paris que surgiu e consolidou-se às margens do Rio Sena e Lisboa, às margens do Tejo (ROYSE, 2009).

Ainda sobre a paisagem urbana e o rio, as autoras Costa (2006) e Gorski (2010) defendem que os cursos d'água são elementos responsáveis por desenhar e esculpir a

superfície terrestre, embora a origem da paisagem não tenha ocorrido em dependência disso, foi-se adaptando às inúmeras curvas e percursos traçados pelos rios. Tais autoras fomentam o quão intensa é a relação entre homem, rio e paisagem; no entanto, essa paisagem vem sendo constantemente modificada em decorrência da expansão urbana, ocasionando a substituição das margens arborizadas por grandes corredores asfálticos e ocupações irregulares, que, em casos extremos de poluição, chegam a extinguir os rios da vida urbana.

Para Costa (2006, p.10), “ao longo dos anos, cidades e rios têm travado muitos embates, principalmente através de enchentes periódicas” e, na tentativa errônea de contê-las é que inúmeros projetos, que resultam em leitos concretados e retificados, continuam acontecendo em diversas cidades. Para a autora, o processo de retificação dos cursos d’água é resultado de atitudes e planejamentos equivocados, visto que a ineficácia dos resultados projetuais e o agravamento dessas enchentes são perceptíveis, além do desenho dos rios que são responsáveis por conferir maleabilidade ao cenário urbano paisagístico.

De acordo com Almeida (2010), a Revolução Industrial foi uma das grandes responsáveis pela degradação dos cursos dos rios, visto que os processos de urbanização ocasionaram uma busca incasável de espaços para instalar o grande contingente de indivíduos que migravam para as cidades em busca do progresso e da estabilidade que a economia de mercado da época prometia.

Segundo Pelegrino (2009), a forma de enxergar o elemento água como um problema no cenário urbano começou no início do séc. XX com as reformas sanitárias que resultaram na ocultação e na eliminação dos cursos d’água da paisagem em decorrência dos projetos de drenagem urbana. O autor fomenta também a necessidade que as sociedades atuais têm de compreender que é fundamental aprender a conviver com as águas, ao contrário de eximi-las ou escondê-las do cenário urbano.

Nessas circunstâncias, os rios entraram na linha de frente dos episódios de ocupações desordenadas e destrutivas. Contudo, devido à crise hídrica e escassez de chuvas que atingem várias regiões brasileiras e mundiais, essas atitudes começam a ser repensadas, visto que os recursos naturais são de natureza finita, não ignorando a importância do resgate da relação entre homem e rio e o quanto essa ligação interfere de maneira significativa na percepção e inserção da paisagem no contexto urbano.

Percebe-se, então, que os rios urbanos, além de prover recursos básicos para sobrevivência da população dependente, são, em diversos casos, protagonistas e pertencentes da história do desenvolvimento da sociedade, fomentando, dessa forma, a relação entre homem e rio que se perdeu em meio a processos de urbanização. É necessário e possível resgatar esse contato, visto a necessidade de preservação dos recursos hídricos mundiais que estão cada vez mais escassos. Nesse contexto, é preciso devolver a esses cursos d'água o sentido de pertencimento, fazendo com que os indivíduos tornem a identificá-los como personagens indispensáveis no cenário histórico, na composição da paisagem e na construção da identidade urbana.

2.2 O INÍCIO DE UMA NOVA PERSPECTIVA

Na tendência que caracteriza um novo cenário de ideias e ações a fim de mitigar a situação que muitos rios urbanos se encontram atualmente, tomou-se como modelo o projeto de restauração do Córrego Cheonggycheon que, assim como inúmeros cursos d'água, sofreu com constantes episódios de degradação e, após a conclusão do projeto, o cenário de deterioração converteu-se em espaços de lazer e convívio, agindo efetivamente no resgate da relação entre habitantes e rio, perdido no decorrer do processo de urbanização e da história da cidade onde está inserido.

O referido projeto está localizado na região central de Seul, capital da Coreia do Sul, e foi concebido pelo governo metropolitano da cidade e começou a ser desenvolvido em 2002, tendo sua conclusão no ano de 2015 (ROWE, 2013). Segundo o autor, a situação em que se encontrava o curso d'água é resultado de inúmeros processos de expansão urbana, desde o nascimento da república, transitando pelo período da ditadura militar no país, até a consolidação da cidade como é atualmente. Como consequência desses processos, o Córrego Cheonggycheon, cujo significado refere-se ao termo “água limpa”, fez-se ocultado sob vias elevadas de tráfego pesado e constante de veículos.

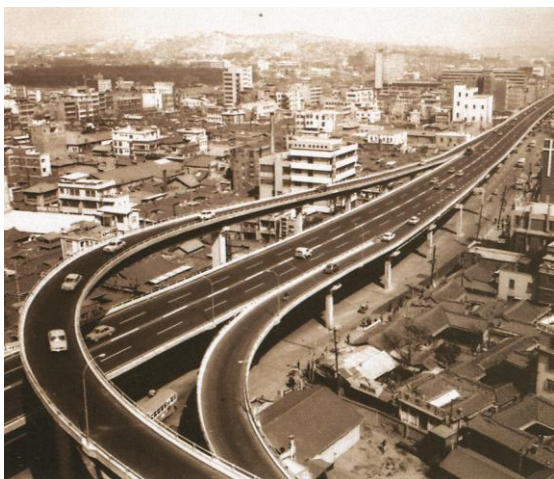
Segundo Rowe (2013), discussões sobre o destino do curso d'água estavam em pauta desde a década de 1990, mas, somente em 2001, ano que antecedia o início das obras de recuperação, que se constatou a insustentabilidade da via que cobria o córrego. Com a decisão do governo, ela foi demolida para dar lugar a um espaço de lazer

integrado ao curso d'água (ILUSTRAÇÕES 1 e 2), que se tornaria atração turística da cidade, bem como traria benefícios ambientais, como a diminuição da temperatura da área central no local em que a proposta foi implantada.

Ainda segundo o autor, a principal preocupação das autoridades durante a implantação do projeto era o fato de que, com a priorização do pedestre na área de intervenção, haveria a diminuição dos espaços para a circulação de veículos, o tráfego da região se tornaria insuportável; no entanto, com os investimentos do governo em transportes públicos eficazes, esse episódio não aconteceu.

Ilustração 01: Ocupação de vias sobre o Córrego Cheonggycheon, década de 1990.

Fonte: Rowe (2013)



Fonte: Rowe (2013).

Ilustração 02: Córrego Cheonggycheon após a revitalização, década de 2010.



Fonte: Rowe (2013).

Rowe (2013) também apresenta os resultados da restauração do Córrego Cheonggycheon, em termos paisagísticos, foram positivos para cidade de Seul, todavia, projetos como este, derivados de extensos processos de desenvolvimento urbano, tornam-se em grande parte incapazes de retomar a sinuosidade original dos rios, tão importante na paisagem urbana e na preservação ambiental. Como complementa Costa (2006), esse fato resulta da consequência das ocupações já consolidadas às suas margens e inclusive por questões políticas e econômicas que impedem uma intervenção mais profunda e transformadora no leito de rios e afins.

A fim de estimular a transformação do olhar para a questão hídrica mundial, Gorski (2010) destaca outros processos de recuperação de rios urbanos, como o caso do

Rio Don, localizado em Toronto, Canadá. Segundo a autora, o objetivo principal desse projeto, além de recuperar toda a bacia hidrográfica na qual está compreendido, resultou na restauração da relação entre homem e rio através da revitalização de uma área portuária e a criação de trilhas, pistas de caminhada e parques que seriam conectados aos bairros de Toronto, para facilitar o acesso ao rio, bem como estreitar ainda mais esse contato com os habitantes.

A autora também cita o caso do Rio Los Angeles, que, em 2002, iniciou o processo de despoluição do curso d'água e sua inserção novamente no tecido urbano. O projeto foi finalizado em 2007 e se caracterizou pela preocupação intensa com as questões ambientais e econômicas, a fim de beneficiar os habitantes, bem como de reestabelecer a ligação entre a população e o rio, bem como a recuperação do contato com a natureza e o aprendizado ambiental.

Embora o Brasil não possua exemplos tão significativos quanto os internacionais, Gorski (2010) destaca alguns mais importantes e ressalta que as questões políticas e a falta de investimentos nesse setor dificultam a elaboração, bem como a implementação de projetos como os apresentados anteriormente. A autora também apresenta a disparidade das leis, que aliadas à omissão do poder público e ao descaso municipal, dificultam a aplicação efetiva da legislação no contexto urbano.

A autora cita o Plano da Bacia do Rio Cabuçu de Baixo, localizado no estado de São Paulo. O crescimento urbano e a ocupação desordenada na região do Cabuçu de Baixo foram os principais motivos para elaboração do referido plano, que objetivou encontrar e propor alternativas para preservação e restauração da bacia urbana, além da elaboração de diretrizes a fim de criar um sistema de saneamento e controle de enchentes, bem como melhorar as condições de microclima e saúde pública.

Gorski (2010) também apresenta o projeto referência de requalificação urbana do Rio Piracicaba, também situado no Estado de São Paulo, que é um dos pioneiros do país. Como descreve a autora, o objetivo principal do projeto foi inserir o rio novamente no tecido urbano com a criação de uma orla que permitiria o acesso e o contato da população com o curso d'água e, conseqüentemente, a promoção do equilíbrio entre cultura, meio ambiente e economia.

3 A HISTÓRIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM E SEU RIO

O município de Cachoeiro do Itapemirim é uma das principais cidades do sul do Espírito Santo (ILUSTRAÇÃO 03), sendo referência em prestação de serviços para a região. Atualmente, a cidade possui 189.889 habitantes distribuídos em 874km² (IBGE, 2010).

Ilustração 03: Mapa de localização do município de Cachoeiro de Itapemirim/ES



Fonte: IBGE (2010).

Cachoeiro de Itapemirim possui um patrimônio natural de ampla visibilidade e acesso imediato; no entanto, a relação adversa por inúmeras vezes com os habitantes tem gerado episódios de negligência e descaso maçantes. São pouquíssimos os casos em que cidades como essa propiciam aos seus habitantes um contato tão direto com a sua história e o seu passado. Nesse caso, o Rio Itapemirim não se consagra somente como provedor dos recursos hídricos, mas como protagonista e propulsor da história da cidade, bem como inspiração e justificativa para o seu nome.

O surgimento de Cachoeiro deu-se no início do século XVIII com a chegada de desbravadores europeus, que tinham como propósito a exploração das minas de ouro existentes na região. No início, as terras que correspondem ao atual município eram praticamente inacessíveis e, segundo Braga (1986, *apud* Cachoeiro, 1976, p.3), havia “grandes florestas, impenetráveis em certos lugares, cobriam toda a região por onde se espalham hoje lavouras, cidades e vilas”. Naquele período, os viajantes se depararam

com inúmeras dificuldades para prosseguir a exploração, esse fato se deu por dois motivos distintos, primeiramente pela vegetação quase intocada, e, em segunda instância, pelos silvícolas, senhores naturais daquela região, que apresentavam grande resistência quanto aos invasores em busca do ouro em seu território (CACHOEIRO, 1976).

Dadas as circunstâncias, o Rio Itapemirim teve grande importância no processo de ocupação da área, pois, por meio da navegação, foi que os colonizadores - até o dado momento atraídos pela mineração - puderam adentrar as terras intransitáveis de Cachoeiro e, posteriormente, instaurar estradas para escoamento da produção cafeeira e de cana-de-açúcar que sustentavam a economia da época. Os registros relatam a estreita relação de dependência entre homem e o rio naquele primeiro momento, uma vez que não havia tecnologias para navegação e posicionamento suficientes, a orientação se dava através do curso d'água do Itapemirim e dos obstáculos presentes nesse, assim como descreve Rubim (1811 *apud* Cachoeiro, 1976, p.8), “a seis léguas defronte a primeira cachoeira, a margem sul do rio”, a respeito da localização dos quartéis construídos para proteção dos viajantes.

No início da colonização, especialmente no período chuvoso, no qual as inúmeras formações rochosas submergiam nas águas do Itapemirim, a alternativa ideal para deslocar-se pelo território da então Freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim – primeiro nome dado a cidade –, era através do rio (CACHOEIRO, 1976). Esse episódio, aliado à importância histórica e à posição privilegiada na paisagem da região, inspirou inúmeras poesias endereçadas a este rio:

Rio manso, rio bravo, rio das lavadeiras de corredeiras. Rio que corre e não cansa, que corta a cidade ao meio, que mata a criança, que brinca em recreio. Rio que inspira o poeta; que sai namorando, abraçando as pedras rochosas, preguiçosas, que vive a cantar, canções de ninar (TAVARES [s.d.], *apud* CACHOEIRO, 1976, p.40).

A memória do Rio Itapemirim também está presente nos versos da melodia composta por Raul Sampaio, Meu Pequeno Cachoeiro: “mas te confesso, na saudade as dores que arranjei pra mim. Pois todo pranto destas mágoas, inda irei juntar às águas do teu Itapemirim” (SAMPAIO, 1962, s/p). Essa ganhou notoriedade na voz de Roberto Carlos e, em 28 de julho de 1966, pela Lei Municipal nº 1072/66, a canção tornou-se oficialmente hino da cidade.

3.1 A EVOLUÇÃO URBANA E A NAVEGAÇÃO PELO RIO ITAPEMIRIM

Os documentos apontam que a primeira forma de ocupação se deu às margens do Rio Itapemirim e esse fato ocorreu devido à transferência de posse em 1811, de uma Sesmaria – naquele momento nomeada como Ilha da Esperança – do então Governador Rubim para o Capitão Francisco Gomes Coelho, como descreve Saint Hilaire (1833, *apud* Cachoeiro, 1976, p.12):

[...] cuja base tem 1.311 braças, principiando da Vila do Taubira, limites dos herdeiros de Manoel de Oliveira Mattos, a oeste pela margem do rio até a ponta da segunda volta do Cachoeiro Grande, donde principia o lado do retângulo pela margem do mesmo rio a Norte, que tem meia légua até a ponta da Ilha da Esperança, findando o lado de baixo na Serra do Chorro com igual extensão [...].

A propriedade mencionada localizava-se onde atualmente está implantado o Pavilhão de Eventos Ilha da Luz e a sede da empresa responsável pelo abastecimento de água da cidade. Posteriormente, por volta do ano de 1846, foi registrado o surgimento das primeiras casas e fazendas, que igualmente situavam-se às margens do Itapemirim, devido a sua indiscutível importância histórica e econômica (CACHOEIRO, 1976).

Os registros também apontam o fato de que, por longa data, o Rio Itapemirim foi via de escoamento da produção agrícola da região, sendo que, no ano de 1872, essa situação tornou-se consolidada, em decorrência da concessão para exploração a vapor nas águas do Itapemirim, adquirida pelo então capitão Henrique Deslandes. Esse acontecimento histórico foi significativo para a economia da época, visto que o número de embarcações foi aumentando progressivamente, o que impulsionou a demanda de mão-de-obra, resultando na contratação de mais de cem homens (CACHOEIRO, 1976).

Saint Hilaire (1833, *apud* CACHOEIRO, 1976, p.9) também registrou a presença de nove engenhos às margens do Itapemirim. O autor relata que as terras adjacentes eram reconhecidas pelo elevado grau de fertilidade e caracterizavam-se pela produção de arroz, feijão, mandioca e, principalmente, cana-de-açúcar. No período que antecede a construção da primeira ponte da cidade, datada em 1887, todo o traslado da produtividade derivada das fazendas era feito por meio de balsas alugadas, que transportavam mercadorias e pessoas pelo percurso fluvial, bem como de uma margem à outra do rio, uma vez que as estradas da região encontravam-se em péssimo estado.

Esse fato tornou-se um dos principais motivos para a construção da ponte referida, que até o momento de sua demolição, estava implantada ao lado da atual Ponte de Ferro, localizada na Av. Beira Rio (indicada na ILUSTRAÇÃO 08), como mostra a ILUSTRAÇÃO 04.

A ponte citada é considerada atualmente um cartão postal para cidade de Cachoeiro de Itapemirim, ganhando destaque na paisagem tanto por sua forma marcante e importância histórica quanto pelo fato de ser um dos elementos mais antigos e preservados no trecho que compreende a Av. Beira Rio.

Ilustração 04: Ponte de Ferro no Rio Itapemirim, marco histórico para a cidade de Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: Cachoeiro, 1976

3.2 SITUAÇÃO ATUAL E LEGISLAÇÃO

Por meio do Rio Itapemirim, a cidade de Cachoeiro, no decorrer de décadas, consolidou-se como a principal e mais desenvolvida do sul do Estado, visto que a maior fonte de recursos, seja ela de forma direta ou indireta, era o que rio proporcionava, contudo, a preservação do seu principal provedor foi ignorada, para dar lugar ao “progresso”. Esse fato, em consequência do crescimento das ocupações irregulares às margens do Itapemirim, aliado a ausência de mecanismos e legislação municipal específica, resultou na atual situação paisagística que acomete a área de entorno ao rio, como mostram as Ilustrações comparativas 05 e 06.

Ilustração 05: Vista do Rio Itapemirim a partir do centro da cidade. Início da ocupação urbana. Entre 1930 e 1950.



Fonte: Cachoeiro, 1976.

Ilustração 06: Situação atual no entorno do Rio Itapemirim. Atenção para as ocupações irregulares próximas ao rio.



Fonte: Autoras, 2017.

O Plano Diretor Urbano foi instituído pela Lei Municipal 4.172/1996, igualmente ao estudo para o Plano Diretor Local Integrado realizado no ano de 1995 - desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Cachoeiro -; naquele período, já destacavam a importância do Itapemirim como protagonista e agente propulsor da história, tal como principal provedor dos recursos hídricos da cidade. Tais documentos também abordam sobre as consequências geradas pelas ocupações em torno das margens do Itapemirim e a necessidade de legislação para controle, tanto em âmbito municipal, quanto em Federal e Estadual, a fim de mitigar o problema da poluição constante no rio.

O sempre crescente contingente populacional, aliado ao desenvolvimento industrial, bem como ao uso intenso, generalizado e cada vez maior das massas líquidas, tem despertado a consciência das autoridades sanitárias do mundo inteiro, no sentido de se atender permanentemente para os efeitos dos lançamentos dos despejos nos corpos receptores líquidos, criando-se desta maneira a sã mentalidade do controle da poluição das águas (CACHOEIRO, 1996, p.59).

Os documentos também fomentam a importância da preservação das áreas não edificáveis, situadas às margens do rio. Esse episódio é enfatizado devido ao reconhecimento (a partir de mapas em anexo aos planos) dessas áreas de preservação, como Zona de Proteção Ambiental, mostrado na Ilustração 07, a seguir. No entanto, na atual legislação que institui o novo Plano Diretor Municipal de Cachoeiro, organizado

da Lei Municipal 5.890/2006 - no anexo referente as Áreas de Preservação Ambiental -, o trecho que anteriormente era destacado como de proteção, não é demarcado, não havendo, inclusive, qualquer área próxima às margens do Itapemirim que se destaca como área de preservação.

Contudo, no capítulo VIII da referida lei, a preservação e a conservação dos cursos d'água, constados nos artigos 90 e 96, respectivamente, fazem parte do reconhecimento e dos objetivos das Zonas de Proteção Ambiental. Esse fato interfere diretamente na forma de ocupação das áreas mencionadas, visto que as brechas presentes na legislação municipal são suficientes para fazer com que tais apropriações se deem de maneira negativa, como ainda acontecem atualmente.

Ilustração 07: Mapa de Áreas de Preservação do PDM de Cachoeiro de Itapemirim



LEGENDA:

	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL		ÁREA DE PROTEÇÃO PAISAGÍSTICA		ZONA DE INTERVENÇÃO PÚBLICA PRIORITÁRIA
---	----------------------------	---	-------------------------------	---	---

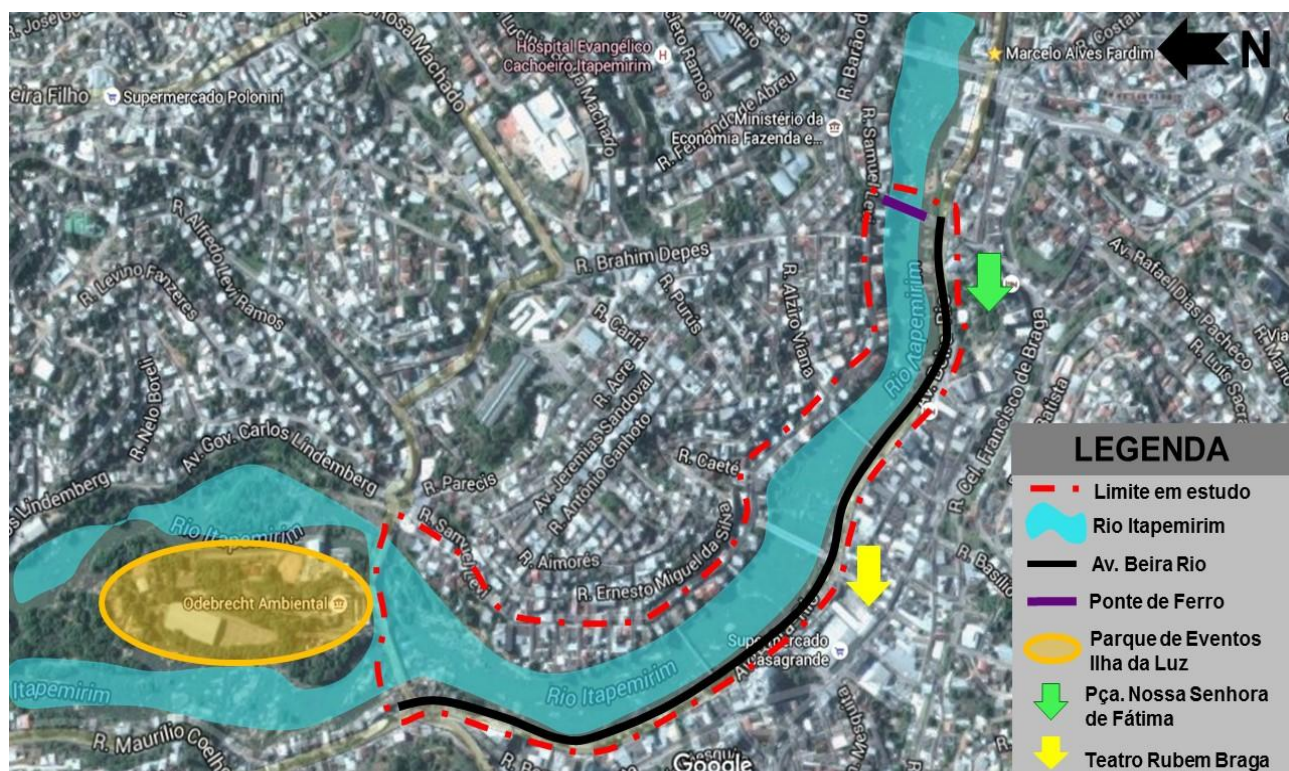
Fonte: Desenvolvimento (1995).

Na seção V, capítulo VIII, da Lei em questão, que define as áreas nas quais devem ser implantadas e preservadas a vegetação ciliar, é prevista a distância mínima para

faixa marginal “de 5.00m (cinco metros) para o Rio Itapemirim compreendidos no perímetro urbano do Município” (CACHOEIRO, 2006). Todavia, nas Leis nº 4.771/1965 e nº 7.803/1989, que instituíam o Código Florestal dos respectivos anos e que foram revogadas pela atual Lei nº 12.651 de 25 de Maio de 2012, eram previstas faixas marginais de preservação superiores que 5 (cinco) metros, em vista da dimensão do Rio Itapemirim. Sendo assim, a Lei nº 4.771/1965 previa que, para cursos d’água nos quais a distância de uma margem à outra estivesse compreendida entre 10(dez) e 100(cem) metros de largura, a faixa de preservação corresponderia à metade dessa distância. Já a lei Nº 7.511/1986, que revoga a anterior, prevê um aumento da dimensão das faixas marginais, alterando para 100(cem) metros para cursos d’água que possuíssem entre 50 (cinquenta) a 100 (cem) de uma margem à outra, igualando-se às dimensões que a atual lei que institui Código Florestal Brasileiro prevê.

Ainda que na presença dessa legislação, partindo do pressuposto que foram estabelecidos anteriormente à lei que institui o Plano Diretor Municipal de Cachoeiro, as ocupações continuam acontecendo de maneira indevida, novas edificações são perceptíveis em todo o perímetro urbano às margens do Rio Itapemirim. A revisão do Plano está em andamento e não se sabe, ainda, de que maneira o texto abordará sobre a ocupação e a preservação dos leitos. O trecho que compreende a Av. Beira Rio (indicada na ILUSTRAÇÃO 8) - área de calçamento extenso, que oferece acesso livre e imediato ao rio -, é um dos percursos às margens do Itapemirim que mais resistiram (e ainda resistem) a ação do homem e com a expansão urbana desordenada.

Ilustração 08: Vista aérea atual do entorno do Rio Itapemirim indicando as ocupações no entorno do rio, bem como os marcos e as referências existentes na área.



Fonte: Google Maps - informações das autoras, 2017.

A área em questão, situada na região central de Cachoeiro, possui grande importância histórica para a cidade, uma vez que, segundo referidos documentos, foi nesse trecho que surgiram as primeiras edificações, tais como as primeiras formas de comércio da cidade, além de ser o espaço em toda a extensão urbana, na qual o pedestre tem maior visibilidade e contato com o Rio Itapemirim. O percurso dispõe de grande potencial urbanístico, não valorizado e que, se utilizado de maneira válida e consciente, pode proporcionar à população maior qualidade de vida. O local possui grande movimentação de pessoas durante todo o dia, já que se encontra na área central de Cachoeiro, cercado por comércios e edifícios institucionais; além disso, contém elementos marcantes para a cidade, como o Teatro Rubem Braga, a Pça. Nossa Senhora de Fátima e a Ponte de Ferro, uma das primeiras construídas.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa apresentou o quão grande é a importância do rio dentro do contexto urbano e demonstra que a existência deste está ligada inúmeras vezes à história

e à economia da cidade na qual está inserido - como o caso de Cachoeiro de Itapemirim, com presença marcante, também capaz de promover qualidade de vida e intensificar a relação entre homem e rio, perdidas, em muitas ocasiões, no decorrer dos processos de urbanização.

O texto discorreu sobre autores que discutem os processos de urbanização e desenvolvimento urbano desordenado, contribuíram para o rompimento desse vínculo entre homem e rio e sobre como é possível recuperar essa relação, devolvendo o sentido de pertencimento da cidade para com os rios, fazendo com que a população torne a identificá-los como potencial paisagístico e de subsistência. Tais autores também apontam para o fato de que o rio é um item indispensável, responsável por atribuir sentido à paisagem urbana, isso ocorre por meio do curso d'água que traça linhas de percursos, formando desenhos no horizonte. Essas considerações, trazidas para o contexto da Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, baseadas em estudos de casos com exemplos que deram resultados positivos no Brasil e no mundo, justificam a grande necessidade de transformar o olhar e a atenção - por parte do município e principalmente dos habitantes -, dadas ao Rio Itapemirim até o presente momento.

Dessa forma, percebe-se que o rio, assim como os demais elementos constituintes da paisagem urbana, deve ser respeitado e é necessário que o poder público e, principalmente, a população comprometa-se a manter e habitar o rio de forma saudável e coerente. Devido às diversas transformações da paisagem e dos processos de urbanização desorganizados, a população distanciou-se dos cursos d'água existentes na cidade, perdendo através do tempo o discernimento de como conviver com eles, passando então a ignorá-los e enxergá-los como problema, procurando, em muitos momentos, alternativas para eximi-los da paisagem urbana. No entanto, observou-se que é, de fato, possível e necessário reestabelecer a relação de proximidade entre as partes, visto que, diante dos episódios de dependência entre homem e rio no decorrer dos séculos, a relação de pertencimento ocorre de forma que as cidades pertençam aos rios e não o contrário como é exposto.

Nesse contexto, ainda se notou grande dificuldade no desenvolvimento de projetos que visem recuperar e inserir novamente os rios no contexto urbano, bem como o distanciamento da população, bem como a violação das leis, torna esse fato ainda mais difícil. No caso de Cachoeiro de Itapemirim, a cidade possui um patrimônio responsável

por consolidá-la como a maior e mais desenvolvida cidade do sul do estado do Espírito Santo. Contudo, para transformar a realidade atual, é necessário que, além de iniciativas pontuais para melhorar o aspecto físico e paisagístico do Rio Itapemirim, haja uma atenção premente da municipalidade para futura intervenção, a fim de reinserir a presença do rio na paisagem urbana, bem como fazer com que os habitantes retomem o sentido de pertencimento para com o mesmo e passe a identificá-lo novamente como protagonista da história e da vida na cidade de Cachoeiro, fazendo com que esse seja uma porta para um futuro melhor e mais promissor, na qual paisagem e natureza caminhem em equilíbrio com o progresso e a evolução humana.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lutiane Queiroz. **Vulnerabilidades Socioambientais de Rios Urbanos**. 2010. 311 f._Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

BRASIL. Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mai. 2012.

CACHOEIRO de Itapemirim. **Edição Histórica**. Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Secretaria de Desenvolvimento, Espírito Santo: CIRMA Gráfica Editora, Rio de Janeiro, 1976.

CACHOEIRO de Itapemirim. Lei Municipal 4.172 de 18 de março de 2006. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no município de Cachoeiro Itapemirim, institui o Plano Diretor Urbano e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Cachoeiro de Itapemirim, ES, 18 mar. 1996.

CACHOEIRO de Itapemirim. Lei Municipal 5.890 de 31 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Cachoeiro de Itapemirim, ES, 31 out. 2006.

CACHOEIRO, de Itapemirim. Plano Diretor Local Integrado. Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Espírito Santo, 1974.

COSTA, Lucia Maria Sá Antunes Maria. **Rios e Paisagens urbanas**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

DUARTE, Fábio. Rastros de um rio urbano: cidade comunicada, cidade percebida. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo: PROCAM-USP, v. IX, n. 02, p. 105-122, 2006.

FABER, Marcos. **A Importância dos Rios Para as Primeiras Civilizações**. História Ilustrada, vol. 2, 2011. Disponível em: <http://www.historialivre.com/antiga/importancia_dos_rios.pdf> Acesso em: 24 ago. de 2017.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades: Ruptura e Reconciliação**. São Paulo: Senac, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=31440017>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 3. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MAPS, Google. Cachoeiro de Itapemirim. 2016. Disponível em:<<https://www.google.com.br/maps/place/Cachoeiro+de+Itapemirim,+ES/@-20.852055,-41.1749925,13z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xb95d3d7ef7ecb9:0xa68aadb2a822a95!8m2!3d-20.8467047!4d-41.1202199?hl=pt-BR>> Acesso em: 20 mar. 2016.

OLIVEIRA, Ericka C. Souza; MARINHO, Rogério Ribeiro. Dinâmica fluvial do rio Amazonas entre Manaus e Itacoatiara com o uso de imagens de satélite. In: 49º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 2018, Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://cbg2018anais.siteoficial.ws/resumos/4455.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PASTRO, Milena Scaramussa. **Estabelecimento de Diretrizes para um programa de manejo de nascentes na Bacia do Rio Itapemirim – ES**. 2010. 54 f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PELEGRINO, Paulo Renato. **Modelo de drenagem causa enchente em SP**. Entrevista concedida ao programa Terra Tv, 2009. Disponível em:<<http://noticias.terra.com.br/brasil/videos/modelo-de-drenagem-causa-enchente-em-sp-diz-urbanista,257189.html>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

RAUL, Sampaio. **Meu pequeno Cachoeiro**. Álbum: vai-se um amor e vem outro. 1962, RGE Gravadora.

ROWE, Peter G. **Os resultados e a História do Projeto de Restauração do Cheonggyecheon**. Ed. 234. Arquitetura e Urbanismo, 2013. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/234/restauracao-do-cheonggyecheon-seul-coreia-do-sul-296126-1.aspx>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

ROYSE, Flávia de Souza. **Recuperação ambiental de rios urbanos:** diretrizes para o Rio Botas na Baixada Fluminense. 2010. 289 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.